

A Face e a Máscara: a barbárie da civilização burguesa¹

Marildo Menegat²

Resumo:

O autor apresenta como hipótese interpretativa que a sociedade contemporânea mundial - o que ele chama de civilização burguesa plenamente realizada - imerge em níveis crescentes de barbárie. A barbárie não é um adjetivo para caracterizar certos fatos, mas a própria substancialidade desta forma social que apenas pode continuar existindo ao ampliar o seu estado de destruição. A barbárie é imanente à civilização burguesa.

Palavras-chaves: barbárie, crítica da civilização burguesa, capitalismo tardio, formação de massas.

The face and the mask: the barbarism of the bourgeois civilization

Abstract:

The author's hypothesis about contemporary world society – which he calls a totally realized bourgeois civilization – is that it descends to growing levels of barbarism. Barbarism is not a word to characterize certain facts adjectivally, but the real state of being of this social form, which can only keep existing through an increase in its state of destruction. Barbarism is immanent to the bourgeois society.

Key-words: barbarism, criticism to the bourgeois society, late capitalism, mass formation.

¹ Este artigo é uma versão modificada de outro intitulado “Sem lenço nem aceno de adeus”, ainda inédito.

² Professor Adjunto da Escola de Serviço Social da UFRJ.

Introdução: a crítica da economia política como crítica da civilização burguesa

O debate acerca da oposição civilização e barbárie, que seria um dos elementos constitutivos e legitimadores do ocidente, tem se tornado muito freqüente nos últimos anos. É um sinal dos tempos. Na medida em que os fundamentos de uma forma social são corroídos por suas contradições é necessário revisitá-los. Diferente do uso que se tornou senso comum, de associar a barbárie a um adjetivo que hierarquiza povos, culturas etc., seria conveniente lembrar que, para os gregos, criadores deste termo, a barbárie é um estado universal do humano, e inclui, portanto, também a eles³. A barbárie é o que se opõe a cultura, que tem o papel de nos tirar da brutalidade de nossa origem animal

. Assim, o estado civil, ou seja, a *polis*, que caracterizava a vida social dos gregos, não era a verdadeira nem a única forma de cultura, era apenas a melhor para os gregos, que sempre souberam admirar – e criticar – as culturas persa, egípcia ... etc.

³ Sobre este tema ver o interessante livro de BUEY, F. *La Barbárie de ellos y de los nuestros*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1995, p. 33.

Os antigos não (re)conheceram um termo como civilização. Não que lhes fossem estranhas algumas noções que estão incluídas em tal conceito, como o cultivo de si e o cultivo coletivo, que se realiza dentro das fronteiras da cultura⁴, mas é que estas noções são para eles outra história. A criação deste conceito é moderna. Na suas primeiras aparições, no Renascimento,⁵ ela se referia

A barbárie é o que se opõe a cultura, que tem o papel de nos tirar da brutalidade de nossa origem animal

mais a certo gosto dos costumes, isto que se chama comumente de boas maneiras, modos de relacionar-se com o outro

em sociedade etc. Foi no calor do século XVIII, com seu duplo signo, o Iluminismo e a Revolução Francesa de 1789, que este termo começou a ter uma designação próxima ao uso que hoje fazemos dele. Na grande *Encyclopédie*, o verbete de Jaucourt ainda não apontava para o uso que, ao que tudo indica, foi introduzido por Mirabeau pai, no seu “L’ami des Hommes”. Para este último, civilização dizia respeito às formas materiais de um povo. No

⁴ Sobre as fronteiras da cultura e o cultivo de si, entre os gregos da Antiguidade, ver VERNANT, J-P. *A morte nos olhos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

⁵ Cf. SALLES, C. *As epidemias saturnais do indivíduo: cultura e barbárie em Nietzsche*. Tese (Doutorado em Filosofia) - PPGF da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2007; ver sobretudo o capítulo 1.

século XIX este termo foi aceito nesta formulação, e amplificado por Guizot, que passou a falar de civilizações no plural⁶.

A tradição filosófica do Idealismo alemão, em particular Kant e Hegel, dedicou uma relativa atenção a este conceito, mas de modo mais crítico do que seus pares na França e Inglaterra. Para eles civilização indicava o fenômeno visível na sociedade moderna da crescente autonomia da esfera econômica em relação às outras esferas da vida social. Kant, no seu *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, se refere a sua época como um tempo “tão civilizado” que, a despeito disso, e por causa, poderia presenciar uma “devastação bárbara”, que viria a destruir “todos os progressos culturais realizados até aqui”⁷. Ou seja, a tendência ao excesso que a esfera econômica exerce sobre a sociedade tem uma lógica devastadora. Hegel, por sua vez, no parágrafo 245 dos *Princípios da filosofia do direito*, fala num “excesso de riqueza”⁸ que seria um produto imediato de uma das contradições dissolventes da modernidade. Em ambos a civilização moderna é uma dinâmica sócio-

⁶ Idem, pp. 50 e 52.

⁷ Cf. KANT, I. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 18.

⁸ Cf. HEGEL, GWF. *Princípios de la philosophie du droit*. Paris: Gallimard, 1999, p. 243.

histórica em que a autonomia da economia produz um excesso que nada tem a ver com a cultura (Kultur), voltando-se, antes, contra ela. Neste sentido, segundo suas obras, deste excesso é que surge a barbárie. Ela viria a ser então, mantendo a idéia básica da definição dos gregos, um retrocesso da cultura no qual imergiríamos novamente – sem termos a possibilidade de voltarmos a ser os mesmos – na mais brutal animalidade, só que agora racionalizada. Esta definição guarda a barbárie como uma possibilidade interna à civilização, ao menos esta(s) que conhecemos até nossos dias.

Marx, a seu modo, também faz parte desta tradição. A “crítica da economia política”, nesta interpretação, seria uma crítica ao excesso de civilização⁹. Se nos *Grundrisse* e em *O capital* ele fala diversas vezes que o desenvolvimento das forças produtivas representa “avanços civilizatórios”¹⁰, na

⁹ Sobre isto ver MENEGAT, M. *O olho da barbárie*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, em particular capítulos 1 e 2, em que apresento esta idéia em Marx; e o capítulo 3, em que mostro a sua “funcionalidade” na chamada cultura pós-moderna.

¹⁰ Cf. MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador)*. Volume 1. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973, entre outras passagens ver p. 248-9 [215] e; *O capital*, livro I, v. 1, p. 286, em que ele diz: “Ainda que apareça de um lado como progresso histórico e momento necessário de desenvolvimento do processo de formação econômica da sociedade, por outro ela surge como um meio de exploração civilizada e refinada”

Ideologia Alemã, ele e Engels afirmam que após certo grau de desenvolvimento das forças produtivas, elas tendem a se tornar “forças de destruição”¹¹. E da mesma forma, em outras circunstâncias, eles dizem que o capitalismo produz “civilização em excesso”, o que levaria à “momentânea barbárie”¹². Ora, dentro desta ordem de raciocínio, seria possível afirmar que a história do capitalismo no século XX realizou as duas últimas caracterizações de Marx e Engels com muita intensidade, tendo há muito tempo, portanto, o desenvolvimento das forças produtivas deixado de representar qualquer “avanço civilizatório”. Ao menos nas transformações em curso desde os anos 1970, o que eles pensaram ser uma momentânea regressão passou a ser um estado permanente de barbárie - e irreversível, se não houver uma supressão desta forma social.

1. O capitalismo atual

O capitalismo entrou numa nova fase desde meados dos anos 1970. Neste período acelerou a afirmação de seu domínio sobre todas as esferas da vida humana e a todas as partes do planeta. Impulsionado por grandes

¹¹ MARX, K e ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Moscou: Edições Progresso, 1982, p. 31.

¹² Idem, p. 112.

transformações produtivas, esta nova fase representa a sua maturidade enquanto sistema. No mundo não existe outro modo de produção significativo. De Xapuri a Nova York, de Bangladesh a Paris, a humanidade está unificada numa sociedade produtora de mercadorias. O arcaico - entendido como pré-capitalismo, ou o insuficiente desenvolvimento da produção capitalista - está superado. O arcaico que vemos agora espalhado pelo mundo, desde os países periféricos até as periferias dos países centrais é a própria configuração deste modo de produção. O que se chama de progresso não passa de uma forma ideológica de um impressionante retrocesso.

O domínio absoluto do capital, isto é, a transformação de tudo em mercadorias, se realiza, na relação dos seres humanos com a natureza, na forma de uma manipulação total desta. A própria natureza se torna um artefato fabricado pela sociedade por meio de grandes complexos financeiro-agro-industriais. Esta mercantilização da natureza não apenas retira os meios de subsistência das antigas massas de camponeses, realizando uma expropriação em escala planetária, como põe em alarmante risco a preservação do planeta. A vitória do trabalho morto (capital acumulado) sobre o trabalho

vivo é essencialmente um domínio da morte sobre a vida, e este é um dos sentidos mais elementares da fase tardia do capitalismo.

Esta situação representa, também, uma aceleração e incremento da urbanização da humanidade. Europa, América e boa parte da Ásia estão se tornando ou já são continentes eminentemente urbanos. Estas novas levas de massas expropriadas para as mega-cidades já superpovoadas¹³ produzem um quadro explosivo de miséria, violência e catástrofes, sejam elas produzidas por epidemias ou por desastres urbano-ambientais. Não há saídas em curso dentro dos marcos da sociedade burguesa. Esta é uma situação que faz parte do arcaico recriado pelo capitalismo na era do seu triunfo. A ideologia liberal do individualismo abstrato, que diz ser possível por meio do esforço individual se subtrair a estas condições e prosperar, não encontra mais evidências empíricas. A mobilidade social está esgotada e, deste quadro, a perspectiva é de permanente piora, ora lenta, ora acelerada, sendo as classes subalternas a própria matéria sobre a qual a estrutura da sociedade burguesa desmorona.

¹³ Cf. MENEGAT, Elizete. *Limites do ocidente: um roteiro para o estudo da crise de formas e conteúdos urbanos*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano Regional) – IPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003, p. 23 e ss.

O capitalismo maduro é também o início da sua crise de expansão. As fronteiras internas, postas pelas renovações tecnológicas e as inovações de produtos, e a externa, posta pela expansão para novos mercados, estão no seu limite máximo. Tal limite indica uma crise estrutural que irá se combinar com processos cada vez mais intensos de crises conjunturais – como a dos tigres asiáticos e a russa em 1996, a mexicana em 1998, a Argentina em 2001 ..., a bolsa de valores de Nova York em abril de 2001, quando o índice Nasdaq despencou queimando da noite para o dia bilhões de dólares em riqueza especulativa e etc. Um momento dramático em curso e sem solução a vista é o déficit comercial e o endividamento externo Norte-americano, assim como a chamada bolha imobiliária que, por certo, não podem ser prorrogados indefinidamente. A amplitude desta crise pode ser medida pelo fato de que sem estes artifícios da economia dos EUA o exuberante crescimento da China e da economia mundial dos últimos anos teria sido pouco viável.

1.1. Os limites da acumulação de capital

O grande elemento impulsionador deste processo de mudanças do capitalismo foi a chamada terceira revolução tecno-científica,

que começou a dar os seus primeiros passos no pós-Segunda Guerra (1945), mas apenas estava madura para se generalizar nas décadas de 1970-80. Ela é a decorrência de uma lei básica desta sociedade, que precisa, devido a intensa concorrência dos produtores privados, revolucionar permanentemente as forças produtivas, realizando com isso profundas mudanças no processo de produção, com fortes reflexos sobre o mundo do trabalho. As transformações em andamento têm na micro-eletrônica o seu ponto alto. Esta nova tecnologia permite desdobrar uma série de procedimentos mecânicos da produção, que antes dependiam da mão humana, entregando-os a robôs ou máquinas automáticas. Além disso, esta revolução tecnológica generalizou o uso de matérias primas sintéticas, como a nafta, com o que se produz o plástico, pneus e tantos outros produtos dela derivados e, por fim, agregou a energia nuclear à produção comercial, permitindo a países de escassos recursos hídricos e minerais a produção de energia suficiente para sustentar a expansão que ela potencializava.

A organização produtiva fordista, base do processo produtivo do período anterior, foi suplantada por estas novas tecnologias e suas formas organizacionais derivadas. A produção

se torna flexível¹⁴, com ciclos rápidos de maturação e obsolescência, tanto dos produtos, como dos meios de produção e das linhas produtivas, podendo todos ser substituídos com relativa rapidez. A modificação do modelo fordista da unidade de produção implicou também num rearranjo sócio-político que girou em torno do desmonte do Estado de bem-estar social ainda hoje em curso. Estas mudanças liberam energias que não podem ser absorvidas pelo capitalismo, a não ser destrutivamente.

Em termos da estrutura do capital há um deslocamento importante na sua composição orgânica, com um aumento significativo do capital constante e, em decorrência, uma redução bastante expressiva do capital variável, ou seja, da força de trabalho. Esta nova composição bate forte na razão de existência do capital, que é a sua permanente acumulação. Para a realização deste fim é determinante incorporar quantidades crescentes de trabalho humano, de onde se extrai o mais valor que movimenta a lógica do todo. Contudo, na medida em que este mesmo trabalho é substituído por complexos sistemas de produção automatizados, a criação de riqueza

¹⁴ Cf. HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993, pp. 137 e 140.

perde as suas antigas bases materiais, gerando ao mesmo tempo uma imensa crise social - que é constatável pelo desemprego estrutural -, e um limite lógico para a continuidade da acumulação - que se deve a perda da sua substância viva: o trabalho.

Processos desta ordem não são uma novidade na história do capitalismo. Sempre que houve inovações do processo de produção o sistema conseguiu também criar novos produtos, que compensavam a perda de postos de trabalho, devido às novas técnicas, pela re-incorporação desta massa de trabalhadores na expansão do mercado capitaneada pelos novos produtos. A Segunda Revolução Industrial, por exemplo, que ocorreu no último quarto do século XIX, foi marcada por grandes renovações tecnológicas, como a invenção da eletricidade e o domínio de combustíveis fósseis - o petróleo -, que dinamizaram o processo produtivo substituindo a máquina a vapor pelos motores a eletricidade e os a óleo combustível, muito mais rápidos e compactos que a velha máquina a carvão. Permitiram num segundo momento, ao economizar tempo da produção e dispensar grandes massas de trabalhadores, criar novos produtos, como o automóvel e os eletrodomésticos, que foram responsáveis pela longa expansão do

capitalismo no século XX e o arranjo social do Estado de bem-estar que, enquanto durou, garantiu o pleno emprego.

A atual configuração do capitalismo torna impossível - e indesejável - qualquer volta ao passado dos 30 anos gloriosos da expansão pós Segunda Guerra. A formação de imponentes corporações multinacionais, que suprimem as fronteiras do Estado Nação conforme seus interesses particulares, vai enfraquecendo os instrumentos estatais de controle e regulação, tornando a esfera pública um espaço impotente cuja própria forma é incapaz, não apenas pela falta de vontade política, mas principalmente pela completa ausência de força e formas organizativas que possam confrontar estas corporações e seus poderes supranacionais. O velho Estado burguês parlamentar, sustentado na negociação de direitos, é demasiado fraco para lutar contra a nova burguesia, que dele se usa, comprando-o e chantageando-o conforme suas necessidades. A imposição de reduções e isenções fiscais, eliminação de direitos coletivos, assim como a plena liberdade de movimento de capitais e mercadorias é apenas um capítulo desta situação em que o Estado vai sendo enfraquecido como parte deste novo arranjo social. Sem os recursos dos impostos para

financiar a reprodução social e sem força para confrontar as corporações, ele vai tornando obsoleta a sua função diante das novas necessidades de organização da sociedade.

1.2. Os limites da expansão para novos mercados

O limite lógico do capital, imposto pela tendência de supressão do trabalho vivo, se articula e complementa com o domínio planetário do sistema. A expansão e domínio de novos mercados coloniais e semicoloniais, das outrora chamadas sociedades “atrasadas” ou em desenvolvimento, está encerrado. Isto não quer dizer, é certo, que não exista uma relação assimétrica e de dominação violenta entre centro e periferia. Apenas indica que os fabulosos ganhos econômicos que eram realizados com o desenvolvimento desigual e combinado, isto é, com a exploração de regiões atrasadas, pré-capitalistas, não fazem mais parte da dinâmica da concorrência mundial. Não é por existirem relações sociais pré-capitalistas que estes ganhos se realizam, mas

pela própria dinâmica competitiva do mercado. Tal dinâmica é regulada pelas relações de produção capitalista. Há muito tempo se encerrou o ciclo das revoluções burguesas, e estão todos os países abertos à mesma lógica de um mercado mundial que sempre beneficiará os que têm melhores condições tecnológicas e produtivas de competição, isto é, mais capital acumulado.

Assim, os países retardatários na corrida mundial podem produzir produtos primários com alta tecnologia importada e produtos industriais pesados (celulose, aço, etc.), com capital e tecnologia

destruir a natureza com monoculturas de commodities para a exportação, e a poluição irreversível da indústria pesada, para os mesmos fins, faz parte das vantagens relativas dos países periféricos e retardatários e não podem ser anuladas, sob risco do colapso total destas sociedades

importada, mas são incapazes de concorrer na produção desta tecnologia, que é o que determina os ganhos na acumulação de capital na sua fase atual. A tecnologia não é apenas determinada por um conhecimento teórico científico, mas é um ramo da produção que depende das condições de formulação e transformação deste conhecimento em meios de produção e produtos, o que exige meios de

produção complexos e uma densa rede de laboratórios e recursos de pesquisa, típicos de uma divisão social e técnica do trabalho que pressupõe, e somente se faz, com uma longa história de acumulação de capital. Portanto, sob o ponto de vista da lógica do capital, que é exatamente a da globalização competitiva, destruir a natureza com monoculturas de *commodities* para a exportação, e a poluição irreversível da indústria pesada, para os mesmos fins, faz parte das vantagens relativas dos países periféricos e retardatários e não podem ser anuladas, sob risco do colapso total destas sociedades.

Esta situação indica também o fim das modernizações progressistas dos países periféricos. Os esforços de desenvolvimento autônomo feitos no contexto de crise e posterior expansão da economia dos países centrais, na segunda metade do século XX, não encontram mais possibilidades de se repetir na atual conjuntura. A questão nacional não pode ser mobilizada sem um aberto confronto com a lógica do mercado mundial e suas formas produtivas, portanto, contra o capital (e para além), tanto o do centro como o da periferia. Lutas contra o agro-negócio, por exemplo, são lutas tanto contra os monopólios econômicos de corporações multinacionais como contra

suas formas de produção de mercadorias em larga escala com a utilização de tecnologias predatórias. Uma luta dessas se vitoriosa inviabiliza a concorrência da produção agrícola nacional no mercado global. Por isso, ela somente ganha consequência se der continuidade a este fato, que em outras palavras significa outro modo de se produzir às necessidades sociais, que, numa sociedade complexa e mundializada, depende muito da articulação com outros países. Desse modo, a questão nacional é um momento desta articulação e luta anti-sistema que deve expressar sempre um ponto de vista universal da emancipação humana.

1.3. O Brasil neste contexto de transformações

No Brasil esta nova fase do capitalismo coincidiu com o fim da ditadura militar, em meados dos anos 1980. A ditadura havia sido uma contra-revolução preventiva que completou de modo autoritário e antipopular o nosso modelo de substituição de importações, iniciado na grande crise do capitalismo mundial dos anos 1930. Com este modelo econômico o Brasil passou por uma intensa e tardia industrialização e urbanização, o que correspondeu ao pleno desenvolvimento das

relações sociais burguesas num país periférico com as particularidades que são inerentes a uma formação social realizada nestas condições históricas. O seqüito de perversões e patologias da sociedade brasileira não é, como pensa certo pensamento sociológico vulgar, determinado pela falta de capitalismo, ou por desvios de uma classe dominante de cultura católica, demasiado inapta à ética do trabalho, mas a configuração plena deste como resultado da história de um país retardatário, recheada de atrocidades cruéis contra as camadas populares, a começar contra os índios e negros na colonização, e se perpetuando contra os seus descendentes e os imigrantes pobres, e que, ao mesmo tempo, por causa e em decorrência dessas atrocidades, nunca passou por mudanças estruturais revolucionárias protagonizadas por estas camadas sociais.

Os anos 1990 se caracterizaram pela resolução dos impasses produzidos pelas transformações do capitalismo nos países centrais e sua penetração na sociedade brasileira, que se convulsionava em meio à crise do esgotamento do modelo econômico de substituição de importações. O desmonte do que se chamou de tradição varguista - que correspondeu na nossa história aos traços tênues de um Estado regulador e de assistência

social construído durante o período da industrialização acelerada, mesmo que incompleto e recheado por vacilações e conciliações típicas da nossa dinâmica político-social -, se combinou com a abertura da economia para a livre concorrência no mercado mundial. O resultado foi a lenta e segura (des)estruturação da sociedade em direção a barbárie.

Foi nesse contexto que se inseriu a modernização tecnológica e as novas formas de organização do processo produtivo na indústria brasileira. Alguns setores, como o automobilístico e o bancário estiveram na vanguarda deste processo, que rapidamente chegou à agricultura e hoje está bastante generalizado. Num quadro de crescimento econômico anêmico, este processo de modernização foi gerando um exército industrial de reserva gigantesco, que não é mais conjuntural, mas estrutural. Ele é o encontro do exército de reserva “natural” de um país periférico, com as conseqüências das novas tecnologias produtivas – nelas incluídas as contra-tendências de novas camadas de superexploração.

Estas massas urbanas que “sobram” dentro das formas de produção burguesas, se encontraram com os processos mais recentes

de desapropriação no campo. A agroindústria é uma expressão desse estreitamento - que tende a completa superação - da divisão do trabalho entre campo e cidade, e funde nas suas atividades estas duas massas, unindo e ampliando as “sobras”. Na atual configuração do capitalismo, os países periféricos voltam a contar, como vantagem relativa, com seus imensos recursos naturais e força de trabalho barata. É a exploração deles até a exaustão que definirá o cotidiano da história recente da sociedade burguesa. Que este “novo modelo” conviva e “gerencie” o sucateamento de partes extensas das grandes cidades, regiões inteiras do país, ou mesmo de países inteiros, é decorrência das, digamos, qualidades destrutivas intrínsecas do capitalismo em sua crise estrutural. Isso tudo faz parte da lógica do que está sendo caracterizado, com precisão, como um retorno à barbárie.

2. A questão das classes sociais na atual situação histórica

A maturidade do capitalismo implica também na plena efetivação de uma sociedade baseada no individualismo abstrato, na pulverização das ações coletivas, onde cada um é medido pela quantidade de valores de troca que possui ou pode realizar. As relações

humanas se reduzem grosseiramente a relações entre coisas. Tal ordem assinala o grau de funcionalidade a que as classes vão se rebaixando, uma vez que o confronto entre elas se restringe ao que Lênin chamava de luta econômica, e esta, se insere sem contradições na lógica dos monopólios e concorrência da sociedade burguesa, confinando o patamar das aspirações em luta ao nível do valor do trabalho enquanto mercadoria. A funcionalidade das classes é uma das características da despolitização das contradições sociais, produzida pela seqüência de derrotas da esquerda nos países centrais e na periferia e, por conseguinte, do estreitamento do horizonte a que a luta pelo socialismo foi sendo relegada. Longe de demarcar uma contradição entre capital e trabalho, esta funcionalidade nos demonstra que o trabalho em si é uma mercadoria que nem todos podemos vender na atual configuração do capitalismo.

A burguesia globalizada investe pesado neste jogo ideal, no qual o fato de que ao fim obrigatoriamente todos perderão não pode ser mencionado. Fecham-se indústrias em países e regiões de escassa industrialização; e diante de qualquer oscilação positiva da economia, as bolsas de valores tremem, pois numa época de

capacidade excessiva de produção isto pode significar crises mais graves e a redução dos ganhos especulativos que, ilusoriamente, parecem seguros. Neste sentido a financeirização da economia não é uma perversão determinada por uma vontade política, mas decorrente da própria objetividade do todo. Ela é a forma de organização das grandes corporações em tempo de concorrência globalizada, onde os lucros ficam difíceis de se realizar e os Estados endividados e enfraquecidos aparecem como ótimas presas a serem saqueadas. Esta condição determina o comportamento da burguesia: o seu descompromisso autoritário com as necessidades coletivas das sociedades nacionais de onde se originaram; o privilégio dado ao interesse financeiro, levando-a a sustentar estupidamente as conseqüências anti-sociais destas suas ações; a sua frieza social amesquinhadora que a torna abertamente cruel¹⁵, realizando como algo natural e inevitável a contenção da pobreza por meio da criminalização dos pobres, cujo resultado é o genocídio das “massas sobrantes”¹⁶ neste novo

¹⁵ Cf. ARANTES, P E. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 219.

¹⁶ Entre 1979 e 2003 morreram no Brasil, por causas externas – com armas – 550 mil pessoas. Dos mortos, 37% são jovens de 15 a 24 anos. Cf. *Jornal O Globo*, 28 de julho de 2005, p. 13.

arranjo social; além do discurso ideológico medíocre, porém agressivo e insistente com que sufoca toda forma de oposição e pensamento crítico. Ela é a exata personificação das necessidades do capital, o funcionário mais empenhado na manutenção do que Marx chamava de sujeito automático da acumulação¹⁷.

A classe média, por sua vez, continua o seu processo de proletarização e achatamento e está em vias de desaparecer e se fundir, na sua imensa maioria, com os de baixo. Dada esta situação de perda do *status quo*, ela tem se tornado mais conservadora do que naturalmente é, numa mistura de ressentimento para com os de cima, por estar excluída dos grandes ganhos financeiros, e desafogo das mágoas sobre os debaixo, em que exige e se regozija com a brutal repressão policial que as massas excluídas sofrem cotidianamente. É um retrato constrangedor da defesa raivosa de vantagens historicamente barganhadas - como o “mérito”, que esconde a desigual distribuição dos bens culturais e materiais -, para se diferenciar e afastar de qualquer compromisso político ou de solidariedade com as classes subalternas.

¹⁷ Cf. MARX, K. *O Capital. Livro 1, vol. 1*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 130.

2.1. O velho proletariado

O proletariado, porém, é o caso mais surpreendente a luz destas transformações. Seu peso social e força política diminuíram consideravelmente, aprofundando com isso a sua tendência à integração na sociedade burguesa. Diretamente atingido pelas conseqüências da reestruturação produtiva – desemprego estrutural; fragmentação das linhas de produção, que dificulta o controle operário sobre o processo produtivo; e o aprofundamento patológico da alienação do trabalho - teve sua capacidade de resistência desmontada. Durante décadas havia feito do sindicato e da representação político-parlamentar em espaços e modelos para conquista de direitos e ganhos econômicos das categorias mais organizadas, com reflexos também de aumento de bem-estar para as camadas populares menos organizadas. Como ocorreu o esvaziamento da luta sindical - que foi substituída pela auto-representação dos indivíduos abstratos e concorrentes entre si no mercado – em consonância com a crise e desmonte do modelo de Estado regulador e de assistência social, o proletariado se vê na curiosa posição de defender suas conquistas restritas, em geral, em uníssono com os

interesses de seus patrões. Esta situação apenas poderia ser rompida por uma análise do conjunto das transformações em curso e pela retomada de objetivos estratégicos de confronto com a ordem sócio-econômica.

Diversos elementos passaram a dificultar a luta econômica e seu potencial transcrescimento em luta política, e contribuíram para criar esta situação. O primeiro deles é o desemprego estrutural. O exército industrial de reserva é de tal grandeza que permite as empresas e sindicatos patronais destroçar as iniciativas grevistas de categorias isoladas, impondo-lhes derrotas desmoralizantes. Este elemento é aprofundado e agravado pela polivalência da formação técnica do trabalhador, um dos requisitos criados pelas novas tecnologias, que facilita o deslocamento de trabalhadores de um ramo de produção para outro, aumentando a concorrência da força de trabalho, ou seja, a concorrência no interior da própria classe.

Um segundo elemento que teve um impacto imenso sobre as lutas dos trabalhadores foi a flexibilização da produção. Com a fragmentação e pulverização das linhas de produção em diversos territórios, como que tirando o chão firme da fábrica, tornou o controle operário sobre o processo produtivo

mais complexo e difícil. Exige um grau de organização que em muitos casos significa se articular organicamente com as classes trabalhadoras de outros países. Este elemento está diretamente ligado a um terceiro, que é a brutal alienação do trabalho, decorrente do aprofundamento da divisão técnica para níveis que tornam praticamente impossível qualquer compreensão do que de fato se faz em determinada função. É o reino dos especialistas que choram copiosamente quando alguma ação coletiva embarga ou destrói o seu trabalho de montar bombas. Há muito tempo, para tais trabalhadores, bombas, assim como os transgênicos, as clonagens e etc. se tornaram naturais e necessárias para a (in)felicidade humana, da qual compartilham com grande entusiasmo.

É difícil saber se esta situação da classe trabalhadora clássica, que ainda possui vínculos formais com os empregadores, é uma situação conjuntural, determinada por uma transição entre um período de ganhos materiais consistentes dentro da ordem burguesa, para um período imediatamente posterior de derrotas e apertos, em que a reação ainda não pôde ser esboçada, mas que talvez venha a

ocorrer¹⁸; ou se esta é uma situação estrutural, determinada mais exatamente pela incorporação desta classe ao sistema, depois de ter sido devidamente domesticada e aburguesada por anos a fio de adesão a hábitos de consumo sem os quais não consegue imaginar a sua existência; combinado com uma visão da práxis política e do Estado em que a idéia de outra forma de vida social, isto é, o socialismo, perdeu para ela qualquer substância e interesse.

Para além de uma polêmica centrada em afetos e expectativas, poderíamos pensar, aprofundando esta questão, a partir da formação do trabalhador coletivo¹⁹, que sempre serviu de base para se pensar a organização das ações coletivas contra esta ordem social. Este conceito tem na cooperação do trabalho na grande indústria o seu eixo definidor. Ela determinaria não apenas um sentimento de solidariedade requerido para o trabalho coletivo, mas também daria disciplina e coesão para este sujeito empreender ações para além do chão da fábrica. Em outros termos, a grande indústria preparava a infraestrutura da organização, cabendo ao partido,

¹⁸ Esta é a posição de MESZAROS, I. em *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004, pp. 33-34.

¹⁹ Cf. MARX, K. *O Capital. Livro 1*. Vol. 1 e 2, Seção IV.

como insistiu Lênin, transformar esta organização em consciência de classe, em disposição para a luta política.

Contudo, a terceira revolução tecnológica modifica muito este esquema de organização da produção, ao alterar o lugar da força de trabalho no processo produtivo²⁰. O

trabalhador coletivo da grande indústria, que acompanhou a Primeira e a Segunda Revolução Industrial, se formava e tinha a sua força a partir da necessidade do uso direto da força de trabalho na produção. O trabalho humano em grande quantidade, no sentido de força física gasta no processo, assim como de intelecto empenhado nas tarefas, era essencial.

²⁰ MARX, K. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política [borrador]*. Vol. 1 e 2, sugere as bases lógicas deste desenvolvimento a partir da lei do valor, cf.vol. 2, pp. 230 e ss., e pp. 236 e ss. Etc. [As referências a esta obra a partir de agora serão feitas pelo título em alemão: Grundrisse]. Para o debate acerca desta outra forma do processo de produção ver FAUSTO, R. *A “pós-grande indústria” nos Grundrisse (e para além deles)*”; in: Revista Lua Nova, nº 19 - novembro. São Paulo: CEDEC, 1989, pp. 47 a 67. Sobre a diferença do tratamento deste tema entre os *Grundrisse* e *O Capital* ele diz: “[...] em *O Capital* [há] uma postura menos otimista no que se refere ao destino que teria o processo de trabalho na sociedade comunista. [...]. Os Grundrisse prospectam as modificações por que deve passar o sistema em seu desenvolvimento, modificações que introduzem, sem dúvida, uma ruptura qualitativa”, p. 48.

Sem ele o maquinário da indústria não passava de peças desconjuntadas de um quebra-cabeça. Quem ligava um ponto ao outro era uma massa de trabalhadores organizada para isso²¹.

Os fatos mais relevantes da política nos últimos anos na América Latina foram o expressivo grau de corrosão da legitimidade dos governos locais

Com a micro-eletrônica etc. a força de trabalho começou a ser deslocada para a margem do processo produtivo. O

trabalhador da revolução tecno-científica, o operário de jaleco branco - que substituiu o operário de macacão azul - é muito mais um supervisor do processo automatizado do que uma força de trabalho direta. Marx “prospectou” nos *Grundrisse* esta situação da seguinte forma:

“O trabalhador já não introduz o objeto natural modificado, como elo intermediário, entre a coisa e si mesmo, senão que intercala o processo natural, que transforma em processo industrial, como meio entre si mesmo e a natureza inorgânica, a qual domina”. [O trabalhador] Se apresenta ao lado do processo de produção, ao invés de ser o seu agente principal. Nesta transformação, o que aparece como o pilar fundamental da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato, executado pelo homem, nem o tempo que este trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão da natureza e seu domínio da mesma, graças a sua existência como corpo social;

²¹ Cf. FAUSTO: “A propósito da grande indústria, Marx observa que a rigor já não se tem nela processo de trabalho [...]”. *Ibidem*.

*em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social.*²²

A ligação entre os diferentes momentos da produção já está dada pela própria capacidade ampliada das máquinas automatizadas (robôs). O quebra cabeça não depende mais tanto de massas de operários para ser montado. Alguns poucos dedos impulsionam os botões que põem em movimento a produção, que se realiza sob a atenção do operador de máquinas, cuja complexidade de tarefas que realizam faz as máquinas a vapor parecerem meios de produção pré-históricos²³.

Desse modo, o trabalhador coletivo passa a ter muitas dificuldades para se formar a partir do chão da fábrica. A existência de uma gigantesca massa de desempregados permanentes, assim como a dispersão e diversificação das formas de trabalho, agravadas pelo acréscimo de novos modos de superexploração - que representam uma contra-tendência à queda da taxa de lucro, que vão desde as formas precarizadas de contrato até a reincorporação do trabalho escravo e do infantil em larga escala em diversos ramos da

produção, mesmo que ainda fora da lei -, tornam mais complexa e difícil a formação de um sujeito coletivo capaz de enfrentar as atuais características do capitalismo.

3. O que se disputa na política?

A crise da sociedade burguesa revela-se também pela sua potencialidade de dar origem a uma outra forma de emancipação social muito superior a esta. O impressionante crescimento da produtividade do trabalho somente terá um destino civilizatório se for socializada. Portanto, a barbárie é um resultado da incapacidade de se criar esta outra destinação das bases objetivas da produção social. A compreensão do sentido histórico do capitalismo não está mais posta na valoração positiva do desenvolvimento das forças produtivas e no progresso econômico entendidos como ampliação da capacidade de produção, mas, ao contrário, em como suprimir este seu mecanismo atávico de seguir se desenvolvendo a despeito dos desastrosos resultados sociais e ecológicos que cada vez mais se tornam evidentes. Este processo de desenvolvimento destrutivo adquire sua validação na esfera econômica, e se impõe à política como um dado natural a se preservar,

²² MARX, K. Grundrisse, vol. 2, p. 228.

²³ Cf. FAUSTO: “Se a grande indústria aparece como a negação do processo de trabalho, a pós-grande indústria é a segunda negação do processo de trabalho, é na realidade a negação da negação”. Idem, p.49.

ou seja, a função desta não passaria muito desse limite.

Os fatos mais relevantes da política nos últimos anos na América Latina foram o expressivo grau de corrosão da legitimidade dos governos locais, com fortes repercussões sobre as estruturas institucionais que estes representam, e a eleição de partidos de centro-esquerda e esquerda para estes postos. Uma tal situação poderia assinalar para um desavisado que estaríamos em meio a um vigoroso processo de transformação social. Mas, infelizmente, não é este o caso. Apesar do mandato expresso pelos resultados das urnas revelar um sentimento de mudanças, a sua interpretação pelos partidos vencedores e as condições de possibilidade para sua realização são diversas. O caso do PT é bastante emblemático desta situação. A sua vitória não foi o resultado de um vigoroso acúmulo de forças no interior da sociedade, em que a realização de um programa de transformações radicais pudesse ser posto em andamento. Neste sentido, tais governos - e o do PT é farto em exemplos - ficam forçados a gerir a crise, ou a perecer em suas pretensões de continuidade de existência como máquinas de influência política. Alguns chamam isso de pragmatismo da ação, mas não passa de

evidente insuficiência da análise acerca dos desafios desta situação histórica.

Os dirigentes mais lúcidos do PT não hesitam em definir esta situação como uma “possibilidade da barbárie” (cf. T. Genro). A problematização desse diagnóstico poderia se voltar à determinação da temporalidade, isto é, se há a possibilidade ou se já adentramos na barbárie, mas não seria este o debate mais clarificador. A caracterização do que poderia evitá-la ou minimizá-la é bem mais importante, pois revela o fundamento do qual se deriva esta definição. Numa entrevista, Tarso Genro apontava como o governo do PT poderia enfrentar este estado de coisas regressivo:

“Sem crescimento econômico não há possibilidade de ativar sujeitos sociais [...]. A estagnação só leva [...] à barbarização da sociedade. [...] Se o governo Lula não resolver, temos a possibilidade de ir para a barbárie. E ir para a barbárie no Brasil é muito pior do que ir para a barbárie na Colômbia. [...] Se não redirecionarmos a sociedade brasileira no sentido da retomada do processo de inclusão social [...] de abrigo da ampla maioria nos seus direitos [...] a maior possibilidade para o próximo período é a barbárie”.

A ênfase no “crescimento econômico” revela dois aspectos interessantes do pensamento petista. O primeiro é o sentido acríptico das possibilidades atuais de desenvolvimento, não apenas pela escassa

criação de empregos, como também pela avassaladora destruição da natureza que dele resulta. Não é fortuito que o próprio pensamento dominante utiliza com frequência cada vez maior termos como desenvolvimento sustentável etc. Como o agro-negócio e a extração vegetal e mineral acabaram por se tornar, num quadro de desindustrialização, nos setores mais dinâmicos da economia brasileira, fica evidente a importância que eles adquiriram entre as prioridades políticas do governo Lula. Neste campo o PT não produziu qualquer novidade, apenas incrementou a lógica estrutural em andamento, que fortalece sobremaneira as formas predatórias de acumulação de capital na periferia. O segundo aspecto é imaginar que a violência destas formas de incremento do desenvolvimento econômico possa abrir espaço para “ativar os sujeitos sociais”.

A novidade do governo do PT é a gestão da crise social. De posse de diversas técnicas criadas no campo de gravitação de sua influência²⁴, com relativa repercussão sobre o

²⁴ As técnicas de gestão da barbárie produzidas ao longo da nossa experiência lenta e gradual de imersão neste estado, que deu ensejo a um respeitável laboratório tanto de diversidade de casos como de suas abrangências, no sentido de manter o essencial diante daquilo que desmorona, revelam como o pensamento social no Brasil se deslocou de posições críticas da nossa [de]formação nacional para ser mobilizado no

que alguns intelectuais do partido têm chamado de “governabilidade social”, ele pôde minimizar a inércia da barbárie. Este programa de gestão da barbárie ganhou efetivamente uma forma compatível com as possibilidades de sua execução no quadro de regressão da sociedade brasileira. É ele que tem feito a diferença com o tucanato. Enquanto estes, literalmente, são “possuídos” por um liberalismo agressivo e pressionam para aprofundar o modelo de “dependência ilustrada” com a globalização e as grandes corporações multinacionais, acelerando a barbárie, o PT pretende congelá-la, usando como antídoto um pouco mais do que a produz, misturado com boas intenções “sociais”. É óbvio que há diferenças entre a

estudo do controle social e da criação pragmática de soluções técnicas. Trocamos a crítica à estrutura e o empenho com a transformação do país pela produção de técnicas de minimização e contenção da pobreza. O resultado disso, em meio a nossa tragédia compartilhada pelo mundo, é que exportamos estas técnicas para 37 países; cf.: “Social ‘made in Brazil’ já está em 37 países”, *Jornal O Globo*, 8 de maio de 2005, p. 38; “Brasil já exporta sua tecnologia da miséria urbana”, *Jornal Folha de São Paulo*, 21 de maio de 2006, B16. As técnicas que constam na lista são: Pastoral da Criança, Comitê para Democratização da Informática [CDI], Bolsa Escola, Bolsa Família, AfroReggae (!), Fome Zero, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil [Peti], Projeto de Crédito Fundiário, Programa de Combate a Pobreza Rural e Cooperativas de Reciclagem de lixo [que no Brasil ocupam 500 mil catadores e movimentam R\$ 7 bilhões]. Restaria listarmos as técnicas repressivas e de genocídio sem comoção que com certeza logo serão modelo para exportação...

política de ambos os partidos quando analisada na perspectiva imediata. Em médio prazo, porém, se está apenas criando as condições para o PSDB, ou algo pior, voltar ao poder, com um programa ultra-agressivo contra todas as formas de “governabilidade social”, já que estas desviam recursos que poderiam ser direcionados para os ganhos do grande capital²⁵.

A tática do PT de recompor as condições de direcionar, a partir das bases produtivas do grande capital, a crise da sociedade para uma configuração imediatamente anterior a crise, na qual os sujeitos sociais ainda podiam se confrontar numa situação de normalidade dos laços sociais, é não apenas uma impossibilidade lógica, como uma ilusão política que custará muito caro ao povo brasileiro.

Uma esquerda social que se propusesse ainda a suprimir estas relações sociais, deveria

²⁵ Cf. Jornal *O Globo*, editorial de 6 de dezembro de 2006, p. 6, em que se lia o seguinte diagnóstico do apagão aéreo: “[...] nos últimos três anos, de R\$ 1,5 bilhão orçado para a segurança do tráfego aéreo, apenas R\$ 767 milhões foram efetivamente gastos. Como o viés do governo é assistencialista, nesse mesmo período o Bolsa Família chegou ao patamar dos R\$ 8 bilhões distribuídos por ano [...]”. E assim a ladainha continuava sem esquecer de incluir os aumentos reais de salário mínimo etc.

se constituir obrigatoriamente na organização de uma contra esfera pública, que adquira a forma de um poder popular para a autogestão das necessidades sociais de massas crescentemente jogadas para fora da esfera de valorização do capital. Esta esfera se configura como um contra-poder que precisa organizar o que Marx chamou de “índice das possibilidades produtivas do trabalho acumulado”, isto é, um esforço em realizar a socialização das potencialidades desenvolvidas pelas forças produtivas acumuladas, dirigindo-as para a satisfação das necessidades básicas comuns e o tempo livre. Este novo direcionamento da riqueza social, que implica novas formas de uso dos recursos naturais e produtivos, somente será realizável se o modo de vida burguês for submetido a uma crítica mordaz. Isto pressupõe questionar a necessidade de indústrias como a automobilística, a de armamentos, a tecnologia nuclear, a industrialização da manipulação genética para fins de produção em larga escala de alimentos etc. O socialismo, portanto, não pode ser entendido como o modo de vida burguês melhor distribuído, ou seja, para todos, como sonhou o velho

desenvolvimentismo que, aliás, outra coisa não é do que o novo petismo. O socialismo ou será a supressão da sociedade produtora de mercadorias e dominada por fetiches, ou será mera continuidade do mesmo. O grande desafio para uma nova geração de esquerda, quando pensado a partir da afirmação de Marx, de que a humanidade somente se coloca problemas que pode resolver, deve ser posto em toda a sua amplitude, que neste momento histórico significa: ou lutamos pelo socialismo, ou a barbárie se tornará cada vez mais inexorável.

5. Referências Bibliográficas

- ARANTES, P. E. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- BUEY, F. *La Barbárie de ellos y de los nuestros*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1995.
- FAUSTO, R. “A ‘pós-grande indústria’ nos Grundrisse (e para além deles)”; in: *Revista Lua Nova*, nº 19 - novembro. São Paulo: CEDEC, 1989.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HEGEL, GWF. *Principes de la philosophie du droit*. Paris: Gallimard, 1999.
- KANT, I. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador)*. Volume 1 e 2. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
- MARX, K. *O capital*. Livro I, v. 1 e 2, São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K e ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Tomo I. Moscou: Edições Progresso, 1982
- MENEGAT, E. *Limites do ocidente: um roteiro para o estudo da crise de formas e conteúdos urbanos*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano Regional) – IPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.
- MENEGAT, M. *O olho da barbárie*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- MESZAROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- SALLES, C. *As epidemias saturnais do indivíduo: cultura e barbárie em Nietzsche*. Tese (Doutorado em Filosofia) - PPGF da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2007.
- VERNANT, J-P. *A morte nos olhos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.